

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



Isabel de Castro Ribeiro

Do Pashto ao Português: A Dinâmica Migratória e a Reintegração Social de Refugiados Afegãos em Busca de Segurança no Brasil após o Retorno do Talibã em 2021

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2025

ISABEL DE CASTRO RIBEIRO

Do Pashto ao Português: A Dinâmica Migratória e a Reintegração Social de Refugiados Afegãos em Busca de Segurança no Brasil após o Retorno do Talibã em 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Augusto Duarte Amaral

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

Concluir esta tese, representa muito mais do que o encerramento de um ciclo acadêmico, é o reflexo de uma jornada pessoal transformadora, repleto de autoconhecimento, amadurecimento e desenvolvimento. Os quatro anos vividos dentro da PUC-SP, caracterizou um período de experiências surreais que foi acompanhado de pessoas indispensáveis que me sustentaram nos momentos mais desafiadores e celebraram comigo cada pequena conquista. Por isso, antes de seguir para minha última contribuição acadêmica como estudante no bacharel de relações internacionais, preciso reconhecer e agradecer, com coração cheio de gratidão tudo e todos que fizeram parte dessa jornada.

Inicialmente, agradeço ao meu único avô, Eduardo Ribeiro, que ao contar as histórias de sua fascinante vida ao redor do mundo, despertou em mim, desde cedo, a paixão pelas Relações Internacionais. Obrigada por acreditar em mim, por me inspirar e por sempre apoiar minha trajetória com tanto afeto e sabedoria.

Agradeço aos meus pais, Priscila e Vicente, que desde meu nascimento trabalharam e lutaram arduamente para me posicionar onde estou hoje. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos, mesmo quando eles pareciam distantes, por me nutrirem emocionalmente nos dias difíceis e por me oferecerem, com tanto amor, tudo o que estava ao alcance, e muitas vezes além dele, para que eu pudesse seguir firme na minha formação. Com vocês, aprendi que o mundo vai muito além das fronteiras geográficas e que o amor ultrapassa oceanos.

Agradeço ao meu irmão, Gabriel, que com sua presença doce e acolhedora, me faz lembrar que, independente de tudo, sempre terei alguém ao meu lado disposto a cuidar de mim e oferecer apoio incondicional. Com você, aprendi que amor e respeito podem vir além de palavras ditas.

Agradeço as minhas companheiras de vida, e melhores amigas, Giovanna D'Ambrosio, Gabriela Benedito e Beatriz Almeida, com quem compartilhei não só lágrimas e desabafos, mas também muitos sorrisos e gargalhadas. Obrigada por segurarem minha mão em cada etapa dessa trajetória. Sem vocês, os dias difíceis teriam sido ainda piores.

Agradeço à minha amiga, Yasmin Fujiwara, com quem eu tive a companhia de realizar o sonho de tornar-se internacionalista. Obrigada por estar presente nessa jornada, desde a realização do vestibular, passando pelo intercâmbio e continuando mesmo após graduação. Com você, eu nunca me importei em passar horas no trânsito Morumbi-Perdizes, no entanto, tinha que ser dentro do seu Corolla ou do meu Fit.

Agradeço aos meus amigos da faculdade, Giovana Andrade, Lucas Orlando, Gustavo Kosimenko, que mostraram que independente da fumaça, não se apaga as cores do campo. Vocês são um presente na minha formação. Obrigada pelas conversas espontâneas na prainha, pelos momentos únicos na sinuca do Paraty e pelos jantares ocasionais na Pizarria Piarello e no Zé do Hamburger. Com vocês, eu descobri que a rotina universitária pode ser mais leve, bonita e cheia de memórias.

Agradeço ao curso de Relações Internacionais da PUC-SP, pela excelência acadêmica, pela escuta atenta e pela formação crítica e humana de indivíduos engajados socialmente e politicamente.

Agradeço à Gabriela Benedito, minha companheira de jornada, que esteve ao meu lado estudando, em todos os finais de semana durante um intenso ano para realização desta tese. Nossas longas horas no Starbucks foram mais do que momentos de escrita, foram os momentos de disciplina que me deram orgulho e segurança em nosso potencial acadêmico, profissional e pessoal. Obrigada por me ajudar a transformar dúvidas em coragem e páginas em capítulos.

Agradeço às amigas queridas do intercâmbio, que mesmo a quilômetros de distância, me enviaram palavras de incentivo, amor e esperança. Obrigada por me ensinarem que carinho e admiração ultrapassam idiomas e culturas, independente de quão distintas. Com vocês, aprendi como a cidade de Rotterdam cria amizades eternas.

Agradeço, por fim, a mim mesma, que apesar de muitas não acreditar nas minhas competências, sempre tive certeza de que toda habilidade é aprendida. Cada momento de incerteza, foi transformado por atos corajosos de se viver intensamente tudo que o mundo tem a oferecer. Obrigada por reconhecer quem não acreditava em você, e mostrar a si mesma que seu potencial não tem limite.

Este trabalho é, acima de tudo, parte da minha própria construção identitária. Carrega em si meus aprendizados junto a todos vocês. Que esta conquista seja uma celebração de todos nós

"A maneira como tratamos os refugiados é um reflexo de nossa própria humanidade. Eles não são uma ameaça; são uma oportunidade para mostrarmos o melhor de nós."

David Miliband, presidente do International Rescue Committee (IRC)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar e refletir sobre a dinâmica migratória e o processo de reintegração social de refugiados afegãos que buscaram segurança no Brasil, desencadeados após a retomada do poder pelo Talibã no Afeganistão em 2021. A pesquisa concentra-se nas experiências desses indivíduos alocados em território brasileiro, buscando compreender tanto os fatores que impulsionaram essa migração forçada quanto os desafios enfrentados na jornada de adaptação e reinserção social. Para isso, serão investigadas as trajetórias percorridas pelos refugiados afegãos desde a saída do Afeganistão até sua chegada ao Brasil, com ênfase nas motivações de busca por segurança e construção de uma identidade em um contexto culturalmente distinto. Conseqüentemente, busca-se compreender como esse processo de adaptação e reinserção social, permeado de dificuldades estruturais, barreiras linguísticas, choques culturais e redes de acolhimento, tem moldado a experiência e identidade desses refugiados no contexto brasileiro contemporâneo. Nesse sentido, a metodologia adotada se fundamenta na análise crítica de referências bibliográficas pertinentes ao tema, aliada à investigação de dados quantitativos sobre imigração afegã no exterior, especialmente no Brasil. Dessa forma, os dados apresentados serão utilizados com a finalidade de mensurar o fluxo migratório de afegãos e identificar as motivações primárias que levam esses refugiados a escolherem o Brasil como destino, articulando essas razões ao contexto de busca por segurança após a retomada do Talibã em 2021. Adicionalmente, serão examinados documentos e relatórios produzidos por organizações internacionais, como a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para Migrações (OIM), com o propósito de avaliar a influência de fatores externos sobre a política migratória brasileira dentro do cenário global de proteção humanitária. De maneira complementar, o trabalho inclui uma abordagem qualitativa por meio da análise de depoimentos e relatos de vida de refugiados afegãos atualmente residentes no Brasil. A partir de suas narrativas pretende-se evidenciar as adversidades experienciadas em sua trajetória de migração, além do papel desempenhado por atores sociais, sejam organizações da sociedade civil ou instituições governamentais, no processo de acolhimento e integração social. Por fim, pretende-se contribuir para o entendimento da migração forçada afegã ao Brasil em prol da busca por segurança, dignidade e pertencimento no país.

Palavras-chave: Afeganistão, Brasil, Governo, ONG, Reintegração Social, Refugiados, Segurança, Talibã, Terrorismo

ABSTRACT

This paper aims to examine and reflect on the migratory dynamics and the process of social reintegration of Afghan refugees who sought safety in Brazil, triggered after the Taliban took power in Afghanistan in 2021. The research focuses on the experiences of these individuals allocated in Brazilian territory, seeking to understand both the factors that drove forced migration, and the challenges faced in the journey of adaptation and social reintegration. To this end, the trajectories taken by Afghan refugees from their departure from Afghanistan to their arrival in Brazil will be investigated, with an emphasis on the motivations for seeking safety and building a identity in a culturally distinct context. Consequently, the aim is to understand how this process of adaptation and social reintegration, permeated by structural difficulties, language barriers, cultural shocks and support networks, has shaped the experience and identity of these refugees in the contemporary Brazilian context. In this sense, the methodology used is based on the critical analysis of bibliographical references relevant to the topic, combined with the investigation of quantitative data on Afghan immigration abroad, especially in Brazil. Thus, the data presented will be used to measure the migratory flow of Afghans and identify the primary motivations that lead these refugees to choose Brazil as their destination, linking these reasons to the context of the search for safety after the return of the Taliban in 2021. Additionally, documents and reports produced by international organizations, such as the United Nations Refugee Agency (UNHCR) and the International Organization for Migration (IOM), will be examined with the purpose of assessing the influence of external factors on Brazilian migration policy within the global scenario of humanitarian protection. In addition, the work includes a qualitative approach through the analysis of testimonies and life stories of Afghan refugees currently residing in Brazil. Based on their narratives, we intend to highlight the adversities experienced during their migration trajectory, in addition to the role played by social actors, whether civil society organizations or government institutions, in the process of reception and social integration. Finally, we intend to contribute to the understanding of forced Afghan migration to Brazil in favor of the search for security, dignity and belonging in the country.

Key-words: Afghanistan, Brazil, Government, NGO, Refugees, Security, Social Reintegration, Taliban, Terrorism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DIÁSPORA DE REFUGIADOS AFEGÃOS NO EXTERIOR.....	12
1.1. Histórico da Diáspora Afegã	12
1.2. Diáspora de Refugiados Afegãos no contexto da Retirada de Tropas Americanas & Retomada do Talibã.....	17
2. BRASIL COMO DESTINO MIGRATÓRIO	21
2.1. O Brasil frente os refugiados afegãos	21
2.2. Iniciativas Governamentais e Não Governamentais.....	23
2.3. Refugiados Afegãos no Brasil	27
2.4. Compreendendo a Reintegração Social de Refugiados Afegãos no Brasil	29
3. RELATOS E DEPOIMENTOS.....	33
3.1. Shabir Ahmad Niazi, 23, Presidente da ARRO	34
3.2. Mohammed Yahya, 20, Estudante.....	36
3.3. Sahar*, não mencionado , Juíza.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

À medida que a fragilidade e a instabilidade governamental se tornam evidentes em um país, é natural que grupos com interesses em governar entrem em conflito para consolidar seu poder. A intensificação desses conflitos armados, acompanhada de opressão e violência sistemática contra os direitos humanos, resulta em um cenário em que as vítimas, em muitos casos, se tornam refugiados forçados em busca de sobrevivência, bem-estar e segurança em diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil. Essa dinâmica migratória envolve constantemente jornadas arriscadas e imprevisíveis, representadas pela busca por sobrevivência, por dignidade e pela reconstrução de uma vida em segurança. Nesse contexto, observa-se que os refugiados se figuram entre os grupos mais vulneráveis internacionalmente, os quais são repetidamente afetados por traumas, falta de identidade e necessidade de adaptação imediata frente à jornada de migração. Tratando-se do Afeganistão, a diáspora de refugiados ressurge como um dos principais marcos dessa realidade, especialmente após a retomada do poder pelo grupo fundamentalista islâmico *Talibã* (طالبان, "estudantes") em 2021. A partir desse evento, milhares de afegãos foram coagidos a deixar seu país de origem, fugindo de um regime marcado pela repressão, apagamento de direitos individuais e ausência de garantias básicas de liberdade.

A origem desse processo migratório forçado decorre de décadas de instabilidade no território afegão, especialmente por subsequentes abusos de autoridade, interferência externa à soberania da nação e constantes guerras pelo controle do país. Desde a intervenção soviética em 1979, passando pela ascensão do Talibã na década de 1990, a intervenção norte-americana iniciada em 2001 após os atentados de 11 de setembro, até a retomada do poder pelo Talibã recentemente, a população afegã tem sofrido constante vulnerabilidade. Dessa forma, o Afeganistão tem sido palco de disputas geopolíticas, acompanhadas de conflitos externos e internos prolongados, que conseqüentemente fomentaram os fluxos migratórios forçados de afegãos. Especialmente no restabelecimento do Talibã em agosto de 2021, o cenário político do Afeganistão foi reconfigurado profundamente pela interpretação do grupo sobre a *lei da Sharia*, intensificando uma crise humanitária marcada por violência, descumprimento de direitos humanos e repressão às liberdades individuais. Em meio ao colapso do governo apoiado internacionalmente e à rápida ascensão do regime fundamentalista, milhares de afegãos foram forçados a abandonar seus lares em busca de segurança, proteção e dignidade, dando

continuidade à diáspora de refugiados que já se estendia por décadas e se intensificou na contemporaneidade.

Esse movimento migratório, embora mais visível em países vizinhos (Irã e Paquistão), nações europeias e norte-americanas, também alcançou a América Latina, com o Brasil emergindo como um destino relevante e integrando a lista de destinos procurados por aqueles que buscam segurança. Ainda que o Brasil não figure entre os principais receptores globais, é de demasiada importância dar visibilidade aos refugiados afegãos que indicam o Brasil como seu destino de acolhida. A publicação da Portaria Interministerial nº 24, de setembro de 2021, autorizou a concessão de vistos temporários por razões humanitárias a afegãos foi um marco importante ao representar o Brasil como um país de perspectiva benevolente e comprometido com causas filantrópicas de populações vulneráveis como a dos refugiados afegãos. Essa iniciativa demarca a política externa e migratória brasileira, reforçando o compromisso do país com a proteção internacional e os princípios de solidariedade escritos pelo sociólogo francês *David Émile Durkheim* na obra *“The Division of Labour in Society”*. A medida possibilitou que centenas de afegãos encontrassem no Brasil uma alternativa segura para reconstruir suas vidas e se reintegrar socialmente. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/ *UNHCR*), em 2021 o Brasil acolheu 149 afegãos, número que subiu para 267 em 2022. Ainda que de maneira modesta em comparação ao fluxo global, esse crescimento indica uma tendência significativa e posiciona o Brasil como o país sul-americano que mais recebe refugiados afegãos, elevando o país da 43ª posição na lista de receptores em 2021, para a 40ª em 2022.

Contudo, a chegada ao Brasil representa apenas o início de um novo desafio para esses indivíduos, na medida em que o processo de reintegração permeado e atravessado por inúmeros obstáculos de adaptação sociocultural, dificuldades institucionais e aprendizagem da língua portuguesa, comprometendo a identidade social dos refugiados afegãos no país. Soma-se a isso a carência de políticas específicas e a ausência de uma rede institucional robusta para o acolhimento de refugiados em situações de vulnerabilidade extrema. Assim, torna-se essencial compreender como esses afegãos reconstróem suas vidas no Brasil, enfrentam obstáculos cotidianos e percebem o Brasil como território seguro de refúgio e restabelecimento

Diante desse contexto, a metodologia presente no trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica migratória de refugiados afegãos que chegaram ao Brasil após a retomada do Talibã em 2021, analisando tanto fatores que impulsionaram essa migração quanto os mecanismos formais e informais que moldam a inserção e reintegração dos refugiados na sociedade

brasileira. Nesse sentido, a tese central é estruturada em três pilares essenciais: 1) Identificar as razões primárias para a busca de segurança no exterior após a retomada do Talibã em 2021; 2) Compreender a dinâmica migratória dos refugiados afegãos, após agosto de 2021, com destino ao Brasil; 3) Reconhecer as principais adversidades enfrentadas na inserção social e adaptação cultural para a construção da identidade dos refugiados afegãos alocados no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa parte de uma ótica humanizada e interdisciplinar, combinando o levantamento de dados estatísticos de instituições internacionais como o ACNUR, o Instituto de Política Migratória (MPI) e o Banco Mundial, com a realização de entrevistas com refugiados afegãos residentes no Brasil. De maneira complementar, a pesquisa utilizará relatos colhidos por meio de questionários em 3 línguas (português, inglês e dari) de modo a garantir acessibilidade e respeitar a diversidade linguística dos participantes. Dessa forma, será investigada a trajetória desses indivíduos desde sua saída do Afeganistão até sua chegada ao território brasileiro, com ênfase nos obstáculos enfrentados, nas políticas públicas envolvidas e nas experiências humanas que revelam a complexidade da reinserção em uma sociedade culturalmente distinta. A análise também incluirá o mapeamento das rotas migratórias percorridas, os países de trânsito e as condições enfrentadas ao longo do trajeto. Além disso, serão examinadas as políticas migratórias brasileiras voltadas a essa população, a atuação de organizações do terceiro setor e as iniciativas de acolhimento que contribuem, ou não, para a efetiva reinserção dos refugiados afegãos.

O presente trabalho está estruturado em capítulos que articulam os elementos históricos, políticos e sociais que configuram a experiência migratória afegã para o Brasil: inicialmente, contextualizando a crise política do Afeganistão e a ascensão do Talibã em 2021, em seguida, tratando das rotas migratórias e dos processos de chegada ao Brasil, depois, examinando o papel do Estado brasileiro e das organizações da sociedade civil nos princípios de solidariedade e acolhimento, posteriormente apresentando os relatos pessoais dos refugiados, destacando suas experiências e perspectivas futuras. Por fim, as considerações finais propõem uma reflexão crítica sobre a dinâmica migratória em detrimento a segurança, e reintegração social à luz de relatos reais dos refugiados.

1. DIÁSPORA DE REFUGIADOS AFEGÃOS NO EXTERIOR

1.1. Histórico da Diáspora Afegã

A literatura geral sobre o deslocamento populacional afegão é ampla, porém ganha uma relevância especial após agosto de 2021, quando o Talibã reassume o controle de Cabul e, eventualmente, do Afeganistão inteiro. Nesse contexto, *Ahmad Walid Barlas* (2022) oferece uma contribuição ímpar ao traçar uma linha histórica dos movimentos de migração afegãos ao longo de mais de quatro décadas, articulando fatores estruturais – como guerras, crises econômicas e repressão de minorias – com as dinâmicas políticas mais recentes, sobretudo sob o novo regime político do Talibã. Assim, o trabalho de Barlas oferece uma contribuição fundamental para compreensão cronológica dos deslocamentos populacionais afegãos, em um horizonte temporal extenso desde as primeiras ondas de migração forçada na década de 1980 até os fluxos contemporâneos intensificados pelo Talibã. Barlas analisa quatro ondas de deslocamento forçado no Afeganistão, contextualizando cada uma a partir dos eventos sociais e políticos específicos; ocupação soviética, conflitos entre facções mujahidin, primeiro regime Talibã e o colapso pós-intervenção internacional.

O Afeganistão sofreu, por quatro décadas, um longo período marcado por guerra, instabilidade, empobrecimento econômico e violência, levando milhões de afegãos a deixar seu país de nascimento para buscar o status de refugiado nos países vizinhos e no exterior (Kuschminder & Dora, 2009). De maneira complementar, Barlas reforça em sua tese que o refúgio afegão em busca de segurança não pode ser explicado por uma única causa. Os padrões de refugiados e migração no Afeganistão são moldados por uma mistura de fatores políticos, ambientais, sociais e econômicos. Portanto, é difícil descrever as decisões de migração dos afegãos por um único determinante (Garrote-Sanchez, 2017). Assim, Barlas retrata um processo de entrelaçamento de razões para configurar um quadro de deslocamento forçado persistente e multidimensional. Nesse contexto, para compreender melhor a diáspora afegã e a reflexão do autor sob as razões que provocam a contínua onda de deslocamento, é preciso examinar como uma das maiores populações de refugiados do mundo se formou historicamente.

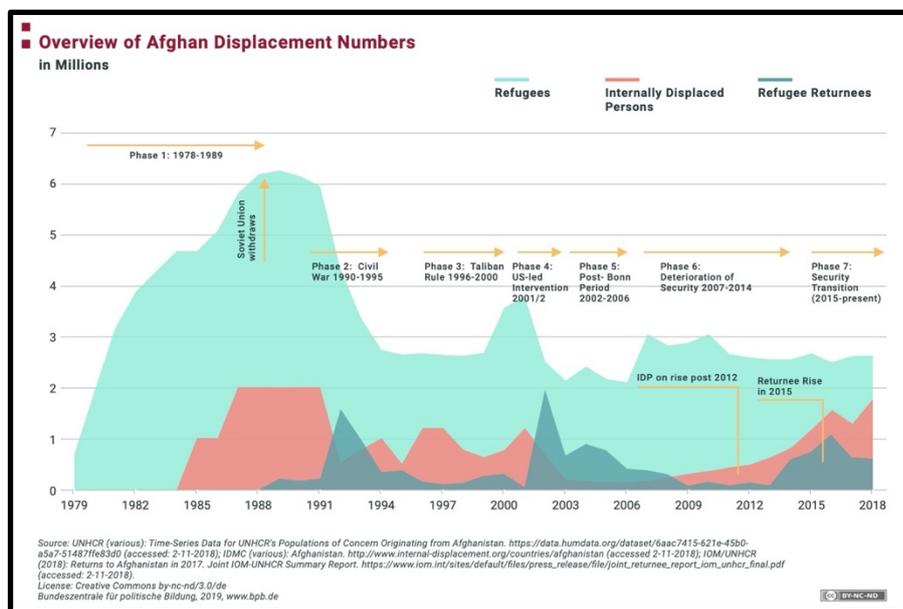
O Gráfico 1 realizado pela Agência Federal para Educação Cívica Alemã (*Bundeszentrale für politische Bildung*) conjuntamente à socióloga *Susanne Schmeidl* (2019), representa uma visão geral das sete fases significativas do deslocamento afegão, dividindo em períodos, conflitos e o padrões de migração.

- I. A fase 1 (1978-1989) contextualiza a Revolução Saur, trazendo o Partido Democrático Popular (PDPA) ao poder, e a guerra subsequente dos Mujahidin contra o governo de apoio soviético até a retirada do Exército Vermelho. O padrão de migração é de êxodo em massa para exterior, atingindo seu pico de mais de seis milhões em 1989, e o deslocamento interno acende a partir de 1985.
- II. A fase 2 (1990-1995) é a continuação da guerra contra o governo comunista, junto com a guerra civil motivada por discordâncias sobre o compartilhamento de poder entre partidos, caracterizada pelo caos em diversas partes do país e pela entrada do Talibã na guerra, em 1994, com seus avanços e conquistas no fim do período. Essa é a primeira grande onda de retorno de refugiados, iniciada em 1989, com seu pico em 1992, quando foi relatado que cerca de 1,2 milhão de refugiados voltaram para casa em um período de seis meses. Cerca de três milhões de refugiados retornaram ao Afeganistão entre 1989 e 1993. O deslocamento interno aumenta à medida que a guerra civil se intensifica, com foco especialmente em Cabul. Apesar de um novo êxodo para o exterior os números se compensam com o retorno ao país.
- III. A fase 3 (1996-200) é determinada pela assunção e controle de Cabul pelo Talibã e pelo início de seu governo. Há um retorno renovado de refugiados, ainda que em número menor. A ascensão do deslocamento interno ocorre mais uma vez, e alguns afegãos partem em êxodo pela primeira vez. O deslocamento interno aumenta mais em 2000 com a pior seca em trinta anos a atingir o país.
- IV. A fase 4 (2001-2002) se estabelece com a intervenção liderada pelos EUA após o 11 de setembro para remover o governo Talibã, e a Aliança do Norte toma Cabul. Cerca de 1,5 milhão de afegãos fogem em poucas semanas, devido ao bombardeio aéreo dos EUA e aos combates terrestres que se seguiram. Ocorre um deslocamento interno de pashtuns, que, na época, são alvo de ataques de vingança no norte e oeste do Afeganistão.
- V. A fase 5 (2002-2006) é caracterizada pelo Acordo de Paz de Bonn, pela transição de autoridades e por um novo governo ainda sob intervenção americana. Maior retorno de refugiados assistidos pela ONU na história registrada: cerca de cinco milhões no total, principalmente entre 2002 e 2005. Ao mesmo tempo, a maioria dos 1,2 milhão de pessoas deslocadas internamente no Afeganistão também

voltou para casa, sendo amplamente considerada como tendo se reintegrado satisfatoriamente.

- VI. A fase 6 (2007-2014) traz a perda de legitimidade do governo, o ressurgimento da insurgência e a deterioração da situação de segurança com o aumento da violência. Houve uma diminuição no retorno de refugiados, e a reintegração dos que retornaram se mostrou insuficiente, causando um aumento crescente no deslocamento interno. O êxodo se renova nessa fase.
- VII. A fase 7 (2015-2018) ocorre com a transição política e de segurança, que leva à extrema deterioração da situação econômica e da segurança. Países como Irã e Paquistão recebem um fluxo extensivo de retorno de refugiados. O deslocamento externo cresce novamente, e o aumento constante do deslocamento interno é estimado em 1,8 milhão em 2018. Cerca de quatro milhões de afegãos retornam (ou são devolvidos ao Afeganistão), vindos majoritariamente do Paquistão e Irã, mas também da Europa.

Gráfico 1. – Visão Geral dos Números de Deslocamento Afegão em Milhões – 1979 até 2018



Fonte: Agência Federal para Educação Cívica / *Bundeszentrale für politische Bildung (bpb)* (2019)

A partir de 2018, surge a nova, e mais recente, fase da diáspora afegã, sendo compreendida entre a intervenção americana durante o governo Trump e o retorno do Talibã, abrangendo o período até a consolidação de facto do regime em 2022. Em particular, esta temporalidade oferece maior relevância para o presente trabalho, uma vez que será analisado e abordado as

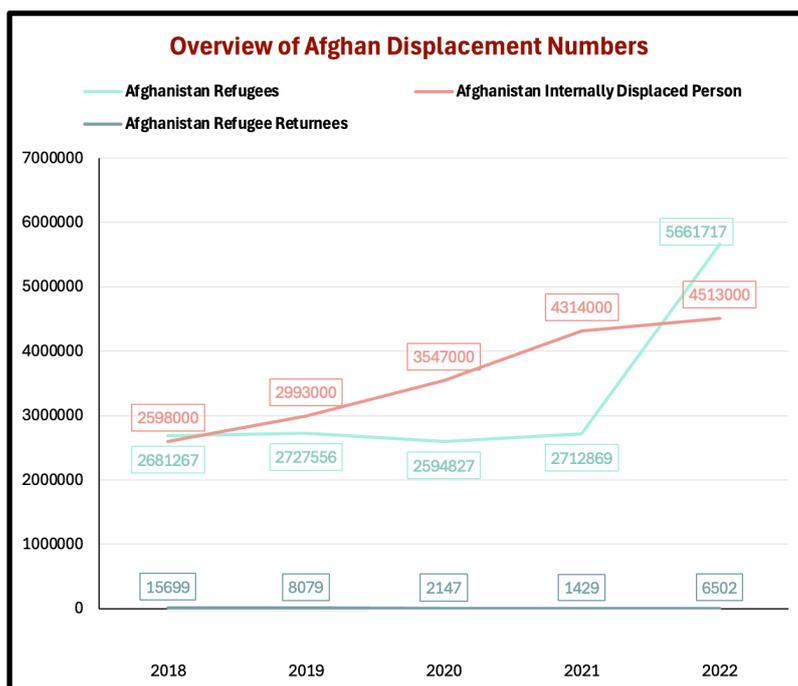
migrações pós-2021. Assim, se tornando uma peça-chave para fundamentar a compreensão do percurso migratório dos refugiados que buscam segurança e abrigo no Brasil após a retomada de poder do Talibã.

Nesse contexto, Barlas entende que o regime fundamentalista do talibã além de provocar as evacuações emergenciais das nações do Ocidente, também precipitou o fluxo intenso de deslocamento afegão interno e externo. Em decorrência da interpretação radical da lei islâmica (Sharia), o segundo governo do regime é caracterizado por implementar severas políticas proibicionista e repressivas contra a população afegã, especialmente à liberdade e segurança de mulheres e meninas. Além disso, o autor reflete amplamente sobre os entraves atuais enfrentados regime, em especial a falta de legitimidade internacional, escassez de recursos humanos qualificados e suspensão da ajuda externa, os quais limitam drasticamente a capacidade estatal afegã de oferecer respostas humanitárias eficazes. Consequentemente, a migração forçada afegã é potencializada pelo retorno do Talibã em 2021, devido à continuidade de fatores estruturais como insegurança, pobreza e instabilidade, em conjunto à regência extremista do grupo.

O Gráfico 2 apresenta dados do Banco Mundial (World Bank) e da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR/*UNHCR*), oferecendo uma visão geral da situação dos refugiados afegãos nos últimos anos da presença dos Estados Unidos, caracterizando a 8ª fase deste ciclo migratório.

- VIII. A fase 8 (2018-2022) é caracterizada por uma intensificação dos conflitos entre o Talibã e os Estados Unidos, em um contexto de crescente violência. Paralelamente, as negociações entre os governos americano e afegão avançam no Qatar, culminando no Acordo de Doha, que facilita a retirada significativa das tropas dos EUA e abre espaço para as negociações intra-afegãs. No entanto, logo após a saída das forças americanas, o Talibã consolida-se rapidamente no poder com a tomada de Cabul. O padrão migratório é marcado por um êxodo em massa, que atinge seu ápice em 2022, no ano subsequente à retirada dos EUA. O retorno de refugiados é escasso, representando alguns milhares em comparação aos milhões que fugiram do país.

Gráfico 2. – Visão Geral dos Números de Deslocamento Afegão em Milhões – 2018 até 2022



Fonte: World Bank Group (2025) / Fonte: Operational Data Portal UNHCR (2025)

A partir dos gráficos apresentados, nota-se que o número de refugiados afegãos em todo o mundo aumentou de aproximadamente 2,7 milhões em 2021 para cerca de 5,7 milhões em 2022. O aumento de 111% permite-se identificar tendências significativas e rupturas conjunturais entre diferentes fluxos migratórios e momentos históricos, em especial considerando o retorno do Talibã como o fator mais contributivo ao aumento repentino no deslocamento (World Migration Report, 2023). Essa busca por refúgio ocorreu tanto por vias irregulares para países fronteiriços como Irã e Paquistão quanto para países geograficamente distantes, como o Brasil. Ocorre também a consolidação de rotas migratórias alternativas que até então não existiam. Um exemplo significativo é o estabelecimento de voos diretos de Islamabad a São Paulo, viabilizados por meio de programas humanitários e articulações emergenciais. No contexto brasileiro, essa explosão migratória se manifesta, por exemplo, no salto entre 31 solicitações de afegãos em 2021, para 762 em 2022. Dessa forma, demonstrando o impacto direto da crise afegã nos fluxos globais e reforçando a relevância de incluir o Brasil no mapeamento internacional de acolhimento.

1.2. Diáspora de Refugiados Afegãos no contexto da Retirada de Tropas Americanas & Retomada do Talibã

A diáspora de refugiados afegãos se figura entre as crises humanitárias mais persistentes e complexas do cenário internacional contemporâneo. O término da intervenção dos Estados Unidos e a restauração do regime fundamentalista islâmico no Afeganistão, ocorridos entre 2021 e 2022, constituem um cenário fundamental para analisar as crescentes dinâmicas migratórias dos refugiados afegãos. O pesquisador *Tawafuddin Azimi* (2023), propõem uma análise panorâmica das causas estruturais e conjunturais que moldaram o deslocamento forçado de milhões de afegãos, expondo o retorno do Talibã ao poder em 2021, como catalisador de uma nova e profunda onda de migração. O autor destaca que os refugiados afegãos representam hoje a terceira maior população deslocada no mundo, ficando atrás apenas da Síria e Venezuela. Adicionalmente, o Banco de Dados de Estatísticas da População de Refugiados do ACNUR, respalda a afirmação de Azimi com a análise feita em 2024, comprovando que há cerca de 6.1 milhões de refugiados afegãos pelo mundo.

No contexto dos anos de 2021 e 2022, o autor releva como as medidas retrógradas adotadas pelo governo do Talibã anularam o processo alcançado pelo Afeganistão, nas décadas da intervenção americana. Segundo o Índice Global da Paz (2021), o Afeganistão é classificado como o país menos pacífico do mundo, considerando guerras, terrorismo e conflitos internos, consequentemente fomentando a migração forçada de sua população.

Suplementarmente, em 2023 a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) publicou um relatório descrevendo a situação dos direitos humanos no Afeganistão nos 10 meses desde a tomada do Talibã. Analisando desde 15 de agosto de 2021 até 15 de julho de 2022. De maneira complementar, o relatório assiste na compreensão da crise humanitária e as razões pelas quais os refugiados se deslocam para fora do país. O relatório resume as conclusões da missão no que diz respeito à proteção de civis, execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, prisões e detenções arbitrárias, os direitos das mulheres e meninas no Afeganistão, as liberdades fundamentais e a situação nos locais de detenção. Os principais pontos abordados no relatório são:

- 1) Proteção cívica: Apesar da redução geral significativa na violência armada, entre meados de 2021 e meados de 2022, a UNAMA registrou 2106 vítimas civis (700 mortos, 1406 feridos). A maioria das vítimas foi atribuída a ataques direcionados

contra comunidades, minoria étnicas e religiosas em lugares onde vão à escola, rezam e fazem suas vidas diárias;

- 2) Situação das mulheres e meninas: Ocorre entre setembro e dezembro de 2021 a decisão de não permitir que meninas retornem à escola secundária, fazendo uma geração de meninas sem concluir seus 12 anos completos de educação básica. Além disso, foi limitado o acesso à justiça para vítimas de violência de gênero, limitado pela dissolução de vias de denúncia;
- 3) Direito à vida, liberdade e integridade física: O monitoramento da UNAMA apresenta um indício claro no padrão de alvos de grupos específicos, principalmente aos indivíduos acusados de pertencerem a grupos armados, trabalhadores da mídia e da sociedade civil tinham um risco maior em experimentar a violação de seus direitos.
- 4) Direitos fundamentais: Desde a retomada, as autoridades de fato limitaram o exercício de direitos fundamentais como a liberdade de assembleia pacíficas e liberdade de expressão, restringindo o espaço cívico no país.
- 5) Justiça, detenção e o sistema penitenciário: Os novos procedimentos são caracterizados pela falta de transparência e irregularidade no compliance de processos julgamento sem justiça. Em novembro, foi decidido que o direito dos prisioneiros seria feito e regulado pela lei da sharia. Em junho de 2022, a população encarcerada era de 9,621.

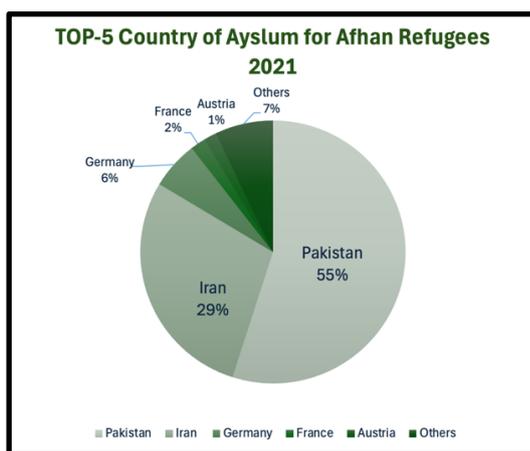
Nessa perspectiva, o relatório da UNAMA complementa o argumento de Azimi e Barlas, ao considerar que os fluxos migratórios de afegão são resultado de uma séria história de instabilidades que combinam guerras, perseguições étnico-religiosas e falência institucional. Assim, ambos autores consideram a soma do colapso acelerado do governo afegão em 2021, com a retirada das tropas do ocidente no país e a reimposição das políticas repressivas do Talibã como motivos que sucedem e provocam o agravamento do êxodo populacional.

Após 10 meses do retorno do Talibã, os desafios políticos, de segurança e socioeconômicos prevalecem no futuro do país. A população afegã continua sofrendo com as consequências de sucessivas guerras, em um cenário sem favor econômico e humanitário, sendo igualmente insuficiente ao acesso de suporte financeiro, médico, psicológico e de justiça. Dessa forma, na medida que se compreende as violências contra o povo afegão, a busca por segurança e refúgio fora do país se torna cada vez mais legítima.

1.3. Destinos de Asilo da Diáspora de Refugiados Afegãos (2021-2022)

A partir do cenário de instabilidade e insegurança que se inicia no Afeganistão em 2021, muitos afegãos seguem uma dinâmica migratória forçada ao exterior, essencialmente buscando segurança e refúgio em um novo país. O Gráfico 3 ilustra claramente que a maior parte dos refugiados se asila em países do Sul da Ásia e Oriente Médio, devido à proximidade geográfica do Afeganistão com o Paquistão e o Irã, os dois principais destinos. Contudo, a Europa também surge como uma alternativa de segurança, uma vez que os países europeus mencionados oferecem asilo em resposta à necessidade interna de combater a escassez de mão de obra e o envelhecimento populacional. Em 2021, dos 2.7 milhões de refugiados afegãos registrados, 55% buscaram asilo no Paquistão, 29% no Irã, 6% na Alemanha, 2% na França, 1% na Áustria e 7% distribuíram-se em outros países ao redor do mundo (ACNUR/UNHCR).

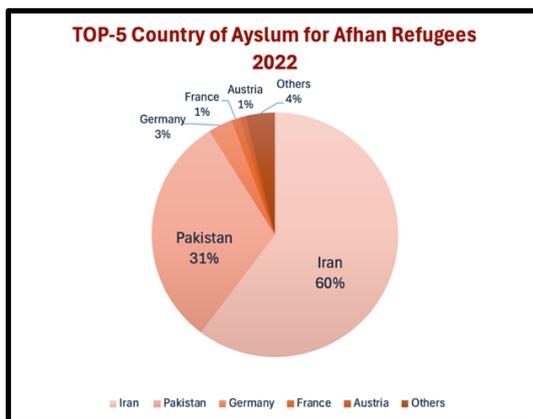
Gráfico 3. – Top 5 Países de Asilo para Refugiados Afegãos 2021



Fonte: The UN Refugee Agency UNHCR (2025)

A consolidação total do governo Talibã em 2022, representou um período de aumento exacerbado nos números de refugiados, configurando mais que o dobro registrado no ano anterior. O Gráfico 4 evidencia uma mudança significativa nos principais destinos de asilo, com o Irã ocupando o primeiro lugar em número de asilados, enquanto os países europeus reduziram suas taxas de acolhimento. Dentre os quase 5.7 milhões de afegãos em refúgio, 60% buscaram asilo no Irã, 31% no Paquistão, 3% na Alemanha, 1% na França, 1% na Áustria e outros 4% em outros países. Adicionalmente, a diminuição da acolhida de afegãos na Europa pode ser explicada pelo conflito global iniciado em fevereiro de 2022, com a invasão russa à Ucrânia, que gerou uma nova crise humanitária internacional.

Gráfico 4. – Top 5 Países de Asilo para Refugiados Afegãos 2022



Fonte: The UN Refugee Agency UNHCR (2025)

Em contextos de reassentamento no destino, a condição de vulnerabilidade do refugiado é compreendida a partir de uma perspectiva culturalmente sensível, considerando as experiências traumáticas da dinâmica migratória e o choque cultural no país de asilo. Um dos pontos altos da análise de Azimi (2023), é a crítica à forma como essas populações são tratadas nos países de acolhida, abordando a condição de vulnerabilidade dos refugiados afegãos nos países fronteiriços. Com ênfase no Paquistão, o autor denuncia a precariedade da vida em campos de refugiados, destacando a corrupção institucional, falta de acesso a serviços básicos e o crescente risco de deportações arbitrárias como grandes fatores contra o assentamento adequado dos indivíduos em refúgio. Desse modo, é possível observar que a busca por segurança e reintegração social dos refugiados afegãos é especialmente árdua, mesmo enquanto acolhidos no exterior. Apesar disso, o autor observa que a maior parte dos afegãos permanece na região e apenas uma minoria consegue seguir rumo a países ocidentais.

De maneira complementar, Grame Hugo, Mohammad Jalal Abbasi-Shavazi e Rasoul Sadeghi (2012) elaboram um estudo de caso sob as experiências de refugiados afegãos no Irã, examinando a complexa relação entre o deslocamento forçado e desenvolvimento. Essencialmente, os autores destacam que a maioria dos refugiados, especialmente os afegãos, se descolam entre países em desenvolvimento, muitas vezes de baixa e média renda, assim estão frequentemente sob situações precárias e demoradas. Dessa forma, alocados no Irã, muitos afegãos procuram de engajar socialmente no país enquanto tentam a aprovação do visto humanitário para outros lugares. No entanto, o estudo demonstra que ocorre diversas restrições legais, discriminação institucional e acesso limitado a serviços públicos, enquanto os afegãos residem no país. O estudo também apresenta que apesar das dificuldades enfrentadas, como

baixo salários, empregos informais e ausência de contratos formais, a comunidade afegã no Irã estabeleceu redes de apoios próprias para superar lacunas deixadas pelo Estado anfitrião.

Este panorama, embora centrado na Ásia, permite delinear sobre a situação dos afegãos que buscam acolhimento em países como o Brasil. Os milhões de afegãos que fugiram de seu país, buscam coletivamente por segurança em um destino muitas vezes completamente diferente da sua cultura e língua originária. Assim, ao compreender as causas profundas da diáspora afegã e os múltiplos níveis de exclusão enfrentados nos países de primeira acolhida, é possível perceber por que o Brasil, mesmo com seus próprios desafios, representa uma possibilidade de recomeço mais digno e seguro.

2. BRASIL COMO DESTINO MIGRATÓRIO

2.1. O Brasil frente os refugiados afegãos

Embora a maioria dos refugiados afegãos tenha buscado países próximos como Irã e Paquistão, o Brasil emergiu como uma alternativa viável para aqueles que buscavam segurança e não se adaptaram ao primeiro destino de acolhida. Mariana Campos (2024) analisa profundamente as dinâmicas migratórias dessa população ao Brasil, contextualizando em seu estudo que este processo migratório convém em duas dimensões centrais: as causas de deslocamento no Afeganistão e os mecanismos de acolhida no Brasil. A autora organiza sua tese a partir de conceitos-chaves de migração e refúgio, e na examinação de políticas migratórias brasileiras. Campos destaca em especial como acolhimento humanitário ganha corpo após a criação do visto humanitário por meio da Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 24/2021. Publicada em 3 de setembro de 2021, a norma institui a concessão um visto temporário humanitário específico para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação no país, permitindo seu ingresso e posteriormente a solicitação de refúgio ou residência no Brasil. Assim, fornecendo um referencial legal que orienta toda a dinâmica migratória e de integração no país. Nesse sentido, cria-se um marco na política migratória e humanitária brasileira frente ao agravamento da crise no Afeganistão, posicionando o Brasil como um país acolhedor e solidário.

A partir do levantamento divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base em dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2023), desde 2021, o país concedeu cerca de 13.133 vistos humanitários provisórios para afegãos. Deste montante, 10.985 foram efetivamente emitidos, e 5.052 convertidos em autorizações de residência. Assim,

os afegãos passaram a representar o quinto maior grupo de pessoas com necessidade de proteção internacional no Brasil, atrás de Venezuela, Haiti, Cuba e Angola (ADUS, 2024)

Do ponto de vista das Relações Internacionais, essa medida pode ser compreendida como uma forma de diplomacia humanitária, integrando princípios do Direito Internacional dos Refugiados, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da própria Constituição Federal de 1988. No artigo 4º da Declaração, é afirmado o compromisso da República Brasileira com a prevalência dos direitos humanos e com a concessão de asilo político. A Portaria Interministerial também se insere no marco da Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017), substituindo o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980 – período da ditadura militar), e passou a tratar o migrante como sujeito de direitos no país. Além disso, ela dialoga com a Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984), que ampliou a definição de refugiados, incluindo pessoas que fogem de graves e gerais violações de direitos humanos, como é o caso dos refugiados afegãos sob o regime fundamentalista talibã. Nesse sentido, Campos considera a iniciativa governamental como uma vitória dos direitos humanos no contexto migratório, pois oficializa procedimentos de vistos rápidos e critérios de elegibilidade humanitária. Assim este instrumento normativo reafirma o papel do Brasil como ator relevante na recepção de fluxos migratórios forçados no Sul Global.

No entanto, em razão da situação intensa do país e a ausência de uma embaixada brasileira no Afeganistão e processo para o refugiado utilizar do visto humanitário se torna mais complexo. Isso ocorre devido as informações sobre indivíduos em busca de refúgio dirigem-se ao Itamaraty apenas por meio de entidades internacionais. Assim, os afegãos que desejam refúgio são obrigados a se deslocar para territórios vizinhos para assim realizar as entrevistas de análise dos pedidos de visto.

Dessa forma uma vez situados nos países mais próximos, o refugiado afegão necessita solicitar a Determinação do Status de Refugiado (RSD). Este é processo legal ou administrativo pelo qual os governos ou o ACNUR determinam se uma pessoa que busca proteção internacional é considerada refugiada sob a lei internacional, regional ou nacional. A RSD é muitas vezes um processo vital para ajudar os refugiados a realizarem seus direitos sob o direito internacional. Além disso os Estados têm a responsabilidade principal na condução do RSD, no entanto, caso o refugiado esteja em um Estado no qual não faz parte da Convenção sobre Refugiados de 1951 e/ou não tem um procedimento nacional de asilo justo e eficiente em vigor, cabe o ACNUR realizar o RSD (ACNUR).

Uma vez que chega em território brasileiro, o refugiado deve solicitar o refúgio a qualquer momento após entrada em território nacional. No caso do refugiado se considerar vítima de perseguição em seu país de origem, ele deve buscar uma unidade da Polícia Federal na fronteira, aeroporto ou em qualquer outra parte do território. Essa solicitação é inteiramente gratuita e não obrigatória a presença de advogado, ela pode ser feita diretamente pelo solicitante. Vale ressaltar que a solicitação de refúgio para o Brasil significa que o mesmo não pode ser deportado para a fronteira de um país ou território no qual sua vida ou liberdade estejam ameaçadas.

A pesquisa desenvolvida por Puig (2023) oferece uma importante contribuição à compreensão do Brasil como destino acolhedor de refúgio. A autora demonstra que o Brasil, ainda que amparado por um aparato jurídico reconhecido internacionalmente como é a norma da Portaria Interministerial, apresenta lacunas significativas no que tange à efetividade da acolhida de refugiados afegãos. Essencialmente Puig aponta para uma dissonância entre a retórica humanitária brasileira e a realidade da recepção e integração dos solicitantes de refúgio afegãos. A obra problematiza a transferência da responsabilidade do acolhimento do Estado para organizações da sociedade civil, questionando até que ponto o Brasil se compromete com os princípios que enuncia.

Puig trata o paralelo emblemático da realidade vivida pelos refugiados afegãos no Brasil e revela desafios operacionais significativos. Segundo a autora, levando em consideração que a maior parte dos recém-chegados desembarcam no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na cidade de São Paulo, e ao contrário do que o título de “país acolhedor” manifesta, a infraestrutura disponível para recepção humanitária dessa população se mostrou insuficiente. Especialmente em 2022 após a retomada do poder pelo Talibã, evento que marcou um ponto de ascensão extrema na nova diáspora afegã. Dessa forma, em razão à alta concentração de refugiados e escassez de abrigos, tem forçado diversas famílias a permanecerem por dias, semanas ou até meses no próprio aeroporto. Conforme reportado pelo G1 (2023) a situação de alta vulnerabilidade, anteriormente sofrida pelo refugiado, permanece novamente no Brasil com as condições precárias na qual os indivíduos dormem no aeroporto enquanto aguardam a disponibilidade de vagas em Casas de Acolhida.

2.2. Iniciativas Governamentais e Não Governamentais

A principal resposta do Estado brasileiro à diáspora de refugiados afegãos foi a Portaria Interministerial, que concebe a categoria especial do visto humanitário para nacionais afegãos, no entanto, outras medidas e estruturas governamentais também contribuíram para o

acolhimento dessa população. A concessão de refúgio viabilizada CONARE, faz a análise dos pedidos de refúgio e tem atuado de forma célere no processamento das solicitações feitas por afegãos após sua chegada ao Brasil. Além disso, a articulação com o Sistema único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantem o acesso de refugiados aos serviços públicos de saúde, assistência e educação. Apesar dessas iniciativas, a implementação prática do acolhimento ainda enfrenta desafios como a falta de financiamento, burocracia migratória, barreiras linguísticas e escassez de políticas de integração de longo prazo, como cursos regulares de português, reconhecimento de diplomas e inserção no mercado de trabalho.

A partir disso, Mastuscelli (2021) oferece um artigo de demasiada importância para o entendimento das contradições entre a narrativa acolhedora do Brasil e as realidades de hostilidade enfrentadas por refugiados e migrantes no país. Partindo da crítica de que o discurso oficial do Estado brasileiro, simbolizado pelo slogan “Brasil, um país de todos”, não corresponde à vivência dos sujeitos em refúgio forçado. Dessa forma, a autora propõe uma leitura interseccional e crítica das práticas de acolhimento do Brasil. Essencialmente, a obra é relevante para o estudo da reintegração social de refugiados afegãos uma vez que evidencia como as políticas públicas brasileiras, apesar de avançadas em termos legais e normativos, enfrentam sérios obstáculos de implementação. Mastuscelli, aponta que o acolhimento no Brasil é feito de forma fragmentada, descoordenada e por vezes, marcada por práticas hostis que se manifestam em diversas formas, como excessiva burocracia, racismo estrutural, xenofobia e marginalização econômica. A autora analisa as “faces da hostilidade” com simbólicas, institucionais e interpessoais, permitindo a compreensão das barreiras enfrentadas pelos refugiados na tentativa de reconstrução de vida no Brasil. Essas barreiras são intensificadas pela interseção de marcadores sociais como etnia, religião, gênero e nacionalidade, tornando o caso afegão ainda mais complexo, considerando o contexto islamofóbico e desconhecido sobre a cultura pashtun por parte da sociedade brasileira.

Essa “face da hostilidade” é especialmente ilustrada na desorganização institucional que marcou a chegada de centenas de refugiados afegãos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, entre 2021 e 2022. O noticiário, Metrôpoles (2022), registrou que famílias inteiras permaneceram por até 15 dias, ou mais, vivendo no Terminal 2. Diversos refugiados afegãos relatam a situação precária que viviam, sem acesso garantido a alimentação, higiene ou abrigo adequado. Mastuscelli, evidencia como a falta de infraestrutura e planejamento adequado para o acolhimento pode transformar espaços de chegada em locais de sofrimento e desamparo. Um dos casos mais emblemáticos é o do cozinheiro Hussain Rezai, 41 anos, que

juntamente a sua mulher e 4 filhos relata as dificuldades diárias de viver no aeroporto e, urge por abrigo ao governo brasileiro:

“É muito difícil para uma mãe e os filhos viverem em um lugar como aqui. Pedimos ao governo brasileiro e às entidades assistenciais, por favor, que consigam abrigo para nós o quanto antes”, diz Rezaie.

A autora também chama atenção para o papel das organizações da sociedade civil, como ONGs e coletivos de imigrantes, que frequentemente atuam como mediadoras entre os refugiados e o Estado. No Brasil a ACNUR atua em cooperação com o governo federal, estaduais e municipais além de outras instâncias do poder público para apoiar o fortalecimento de políticas, planos e espaços de participação social de pessoas refugiadas. O relatório do ACNUR (2021), é uma fonte imprescindível para a compreensão das práticas de acolhimento de refugiados no Brasil. Além de apresentar dados históricos, normativos e institucionais, a obra se destaca por revelar a trajetória de consolidação de um sistema de proteção alinhado ao direito internacional dos refugiados, e ilustrar o papel do Brasil como país de reassentamento.

O documento apresenta uma cronologia da atuação do ACNUR no Brasil e sua articulação com políticas públicas, destacando iniciativas como o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), os programas de reassentamento, e a atuação em conjunto com universidades, estados e municípios na promoção de soluções contínuas. Existem 17 Conselhos/Comitês em diversos estados brasileiros sendo apoiados pela Agência da ONU na participação de políticas públicas para refugiados e migrantes (ACNUNR-BRASIL). Essa parceria visa garantir que as políticas públicas para refugiados e migrantes sejam elaboradas e implementadas com a participação e o conhecimento dos diversos atores envolvidos, incluindo os próprios refugiados e migrantes. Embora essa mediação seja essencial, não substitui a responsabilidade estatal e sua precariedade evidencia os limites da chamada “política de acolhida” brasileira. Essa observação da Mastucelli, dialoga diretamente com a realidade enfrentada por muitos afegãos, cujas redes de apoio governamentais têm sido insuficientes diante das múltiplas camadas de vulnerabilidade que enfrentam.

Nesse vácuo institucional, são as organizações não governamentais, coletivos sociais e iniciativas comunitárias que assumem um protagonismo além da assistência. Em busca de mudanças no cenário atual, o terceiro setor atua em defesa dos direitos dos refugiados. Segundo a diretora de Comunicação e Cultura do Abraço Cultural, Roberta de Sousa:

“As organizações do terceiro setor são quem atua na linha de frente desta população, quem conhece, se organiza e luta pela melhoria das políticas e da qualidade de vida das pessoas em

situação de refúgio. ONGs e outras instituições são a referência do poder público e das agências internacionais quando se trata de conhecer as dificuldades e as dinâmicas dessas populações no Brasil”.

Assim, diversas ONGs proporcionam que muitos afegãos encontrem acolhimento imediato, orientação prática e caminhos concretos para reconstruir suas vidas além. O Instituto ADUS, por exemplo, tem desempenhado um papel central na inserção linguística e profissional de refugiados por meio de cursos de capacitação, rodas de conversa e mediações culturais. Já a Missão Paz, ligada à Igreja Católica, oferece abrigo, alimentação além de articular-se a rede pública de serviços. Essas iniciativas formam uma teia de acolhimento que se inicia desde o desembarque no país, até etapas mais complexas da integração, como acesso ao ensino superior e a revalidação de diplomas.

Além da resposta emergencial, o terceiro setor tem contribuído significativamente para a formação de uma comunidade afegã no Brasil, fortalecendo vínculos sociais e reconstruindo a identidade coletiva dos refugiados. O relatório do ACNUR também evidencia uma reflexão crucial sobre as estratégias de integração social de refugiados afegãos, especialmente no que tange ao reconhecimento de suas vulnerabilidades específicas e à promoção de uma reinserção humanizada e sustentável no país. De maneira complementar, Arboleda (2008), explora as interfaces entre o direito dos refugiados e os direitos humanos, ampliando a compreensão do refúgio para além da proteção imediata, propondo uma abordagem holística que envolve dignidade e cidadania. Essa perspectiva é fundamental ao tratar da integração social de refugiados afegãos, pois exige olhar para além da sobrevivência, considerando a reconstrução da vida em sociedade. Nesse contexto, a atuação da Organização de Resgate de Refugiados Afegãos (ARRO), liderada por afegãos, como o presidente da ONG, Shabir Ahmad Niazi, representa um ponto de inflexão: refugiados que acolhem outros refugiados, reforçando o protagonismo da própria comunidade no processo de integração.

Nessa perspectiva, as ações não governamentais de acolhimento no Brasil tentam, ainda que com limitações promover o reconhecimento do refugiado como sujeito político e cultural, e não apenas como beneficiário passivo de assistência. Seu papel demonstra que o acolhimento não se esgota no abrigo ou no alimento, mas passa pela escuta, pela aprendizagem mútua e pela valorização da experiência do outro. Portanto, tornam-se instrumentos de tradução cultural, criando pontes entre a vivência afegã e os códigos sociais brasileiro. Isto posto, o terceiro setor não é apenas um ator complementar, mas um agente estruturante da reintegração social de refugiados afegãos no Brasil.

2.3. Refugiados Afegãos no Brasil

Ao realizar um levantamento bibliográfico focado em migração forçada e refúgio Brasil, observa-se um vasto conjunto de estudos sobre fluxos migratórios latino-americanos, sobretudo da Venezuela, Haiti, Bolívia e Colômbia. Em especial, a Venezuela tem concentrado o maior número de publicações acadêmicas impulsionadas pela Operação Acolhida, articulada entre agências da ONU e intensa cobertura midiática do tema desde 2018. Contudo, quando o foco se volta para os refugiados afegãos no Brasil, a realidade é outra, há uma notável escassez de estudos dedicados especificamente a essa população. Com a exceção dos autores citados, o que se é encontrado são; notas técnicas e relatórios pontuais produzidos por ACNUR e outras entidades, cobertura jornalística que documenta os desafios na chegada dos afegãos no território, estudos sobre política migratória geral e trabalhos acadêmicos com foco ampliado. Dessa forma, a ausência de uma literatura robusta sobre o tema, pode representar um esquecimento da experiência afegã no Brasil por parte da sociedade e governo. Por fim, reforça a relevância do presente trabalho em buscar aprimorar a compreensão do cenário de refúgio afegão no Brasil e a dinâmica migratória em busca de segurança.

Nesse contexto, o artigo *“Perfil Demográfico e Necessidades Emergentes da População Afegã Refugiada no Brasil”* escrito por Padilha, Machado e Nicolodi em 2023 representa uma das primeiras tentativas sistematizadas de compreender o perfil demográfico e as necessidades dessa população em território brasileiro. Por meio da análise documental qualitativa e quantitativa dos dados do ACNUR, OIM, e outras organizações da sociedade civil, os autores traçaram um retrato detalhado da população afegã que veio a ser atendida no Brasil entre os anos de 2021 e 2022. Os dados do artigo apontam que a maioria dos refugiados afegãos acolhidos no Brasil é composta por homens adultos, de nível educacional relativamente alto (cerca de 50% com formação universitária). Também revela que o número reduzido de mulheres e idosos convém por sua vez dos obstáculos específicos enfrentados por grupos mais vulneráveis para escapar do regime do Talibã, seja por restrições impostas no Afeganistão ou pela falta de redes de apoio internacionais.

A pesquisa evidencia as principais demandas dessa população, incluindo moradia, acesso à educação, atendimento à saúde física e mental, reinserção no mercado de trabalho e barreiras linguísticas – destacando a urgência de políticas públicas interculturais. Nesse sentido, a ausência de domínio do português serve de exemplo no comprometimento ao acesso de direitos básicos, dificultando a integração social. Além disso, os autores enfatizam a múltipla camada de sofrimento vividas pelos afegãos, desde traumas da fuga até experiências de precariedade e

invisibilização no país de acolhida. Uma vez que o estudo oferece um panorama atualizado, situado no Brasil e ancorado em evidências empíricas, se torna fundamental para compreender a reintegração social e busca de segurança dos refugiados no país. Dessa forma, contribuindo para compreensão profunda das necessidades concretas desses indivíduos, permitindo que políticas de acolhida sejam pensadas com maior sensibilidade cultural, empatia e eficácia.

A trajetória dinâmica de migração de refugiados afegãos não é apenas uma narrativa de deslocamento físico, mas também de dificuldades emocionais prolongadas e marcado por traumas de guerra, perda e exclusão social. O estudo conduzido por Schiess-Jokanovic (2022) contribui significativamente para compreender da relação entre os sintomas do transtorno de estresse pós-traumático complexo (CPTSD) e as dificuldades vividas enquanto e pós a trajetória migratória por refugiados afegãos. Com base nos resultados de 93 refugiados afegãos em busca de tratamento em uma clínica na Áustria, os autores utilizaram a abordagem de análise de redes para mapear como os sintomas de CPTSD se conectam entre si e com os fatores na vivência pós migratória, como as dificuldades com idioma, discriminação, insegurança e preocupações familiares.

O estudo de Schiess-Jokanovic (2022) também trouxe como resultado a enorme relação entre o sintoma de revivescência traumática (*re-experiencing*) e as barreiras linguísticas, apresentando que a incapacidade de compreender e se expressar no idioma do país de acolhida tende a intensificar sintomas traumáticos e dificultar a adaptação do refugiado no país. A pesquisa também revela que a desregulação afetiva é o fator central da rede sintomatológica, ligada fortemente a variáveis como condições socioeconômicas precárias e discriminação. Nesse sentido, o impacto dessas vivências se estende além da saúde mental, e compromete diretamente a capacidade dos indivíduos construir vínculos sociais, desenvolverem autoestima e projetarem um futuro em segurança.

Considerando a perspectiva brasileira, o estudo de Schiess-Jokanovic oferece elementos cruciais para a atual pesquisa que enfoca a reintegração social de refugiados afegãos no Brasil, possibilitando uma relação clara e semelhante das experiências vividas por refugiados afegãos em ambos os países. Em especial, o autor destaca que a fluência do idioma no país receptor é além de uma ferramenta instrumental, mas um fator estrutural da identidade dos refugiados. No caso do Brasil, a utilização da língua portuguesa como idioma central contribui demasiadamente no obstáculo da identidade social dos refugiados, principalmente por sua distinção colossal com a língua persa/fari. Dessa forma a diferença de alfabeto, fonética, gramática e sintaxe auxilia no impasse do refugiado afegão se sentir pertencente e seguro no

Brasil. Portanto, pensar em políticas públicas que aliem o ensino da língua portuguesa a cuidados psicológicos culturalmente sensíveis se prova essencial para promover uma integração mais efetiva e digna aos refugiados afegãos. Assim, esta obra é indispensável para esta tese, especialmente por evidenciar, com respaldo empírico, que os processos de reintegração como o dos refugiados afegãos no Brasil devem ser compreendidos como experiências complexas, nas quais o idioma e sentimento de pertencimento estão profundamente interligados.

Nesse contexto, a dissertação de Mariana Campos (2024) oferece uma contribuição notável, única e sensível à compreensão da situação de acolhida, reintegração e formação dos refugiados afegãos no Brasil. A partir do entrelaçamento entre identidade, alteridade e estigmas culturais e religiosos, a análise de Campos permite o exame crítico das estruturas de poder, representações simbólicas e práticas de marginalização enfrentadas por migrantes mulçumanos. A autora aplica o conceito de alteridade como fio condutor analítico, revelando como o refugiado afegão, apesar de fisicamente presente, torna-se simbolicamente ausente na sociedade brasileira. Dessa forma, a dissertação de Campos serve diretamente à compreensão da reintegração dos refugiados afegãos no Brasil, os estudos abordados sobre alteridade e estigma esclarecem sua invisibilidade e marginalização no Brasil. A autora aborda o conceito de local da Cultura, citando as noções para caracterizar a construção da identidade dos afegãos em um novo contexto como

Da mesma forma, conceitos de hospitalidade e da assimilação/interculturalidade fornecem lentes analíticas para avaliar o quão efetiva é a recepção brasileira levando em consideração as diferenças culturais. Em primeiro plano, Campos discute hibridismo cultural e diferença para caracterizar identidades pós-coloniais e a construção da diferença, esclarecendo como afegãos recriam identidades em novo contexto. Essencialmente, a autora enfatiza a identidade fluida e construção discursiva de “alteridade”, assim mostra que identidade dos afegãos é reconstruída pelo contexto intercultural brasileiro.

2.4. Compreendendo a Reintegração Social de Refugiados Afegãos no Brasil

A compreensão da reintegração social de refugiados afegãos no Brasil demanda uma abordagem teórica que vá além das categorias normativas de “acolhimento” ou “proteção”, permitindo refletir sobre as dimensões simbólicas, identitárias e relacionais do refúgio. Nesse sentido, o diálogo entre a teoria sobre as formas de solidariedade de *Émile Durkheim*, as críticas ao governo humanitário formuladas por *Michel Agier* e a nação de identidade transversal elaborada por *Julie Baujard* oferece uma lente rica e interdisciplinar para interpretar as

complexidades da reintegração dos refugiados em contexto brasileiro. Vale considerar, que nenhum dos autores em seguida trata-se propriamente do caso afegão, no entanto, suas teses são imprescindíveis para se analisar e interpretar criticamente a reintegração social de refugiados afegãos no Brasil.

A teoria sociológica de Émile Durkheim sobre as formas de solidariedade oferece um base conceitual para compreender os processos de reintegração social enfrentados por refugiados afegãos no Brasil. O sociólogo francês distingue entre solidariedade mecânica e orgânica, permitindo a reflexão sobre a transição dos indivíduos de sociedades tradicionalmente homogêneas e coesas para contextos sociais diferenciados e interdependentes, como é a transição das comunidades afegãs para contexto brasileiro.

Durkheim retrata a solidariedade mecânica sendo altamente presente em sociedades homogêneas, que baseiam-se na forte consciência coletiva que guia os indivíduos em suas condutas e valores. Um exemplo concreto da solidariedade mecânica pode ser observado na chegada dos refugiados afegãos no Aeroporto de Guarulhos, durante o período que aguardavam abrigo muitos refugiados organizaram entre si redes espontâneas de apoio, compartilhando alimento, traduzindo informações e dividindo o pouco espaço disponível. Essas práticas revelam a coesão entre membros de uma mesma cultura, religião e língua.

Em contrapartida, a solidariedade orgânica é típica das sociedades modernas, e caracteriza-se pela interdependência funcional e pela diferenciação social, em que a coesão advém da necessidade entre indivíduos em diferentes papéis. Para ilustrar a dinâmica da solidariedade orgânica, serve de exemplo a inserção dos refugiados afegãos em projetos, governamentais ou do terceiro setor, que promovam o desenvolvimento de competências que os conectem funcionalmente à sociedade brasileira. O projeto, Planeta de TODOS, em São Paulo, oferece um espaço para os refugiados afegãos interagirem com brasileiros e outras nacionalidades, aprendendo português e normas locais. A necessidade de adaptação linguística, a mediação institucional e diversificação de papéis são expressões dessa solidariedade orgânica

Dessa forma, a migração forçada de afegãos ao Brasil pode ser compreendida como um movimento não apenas geográfico, mas também simbólico e estrutural, na qual os refugiados se veem compelidos a reconfigurar sua identidade social, inicialmente mecânica, dentro de uma lógica de solidariedade orgânica. Apesar disso, a reintegração não ocorre de forma automática, mas sim desde a reconstrução de laços sociais, adaptação a novas normas e valores e o enfrentamento de desafios que envolvem desde o idioma até o acesso a políticas públicas. Nesse contexto, o deslocamento forçado pode gerar rupturas profundas com a consciência coletiva

anterior e senso de identidade dos refugiados, demandando que o Estado e a sociedade brasileira assumam o papel efetivo dessa transição. Por fim, o acolhimento, o reconhecimento da diversidade cultural e garantia de direitos fundamentais tornam-se pilares fundamentais para uma reintegração social efetiva, construção de identidade e sentimento de segurança conforme os princípios da solidariedade orgânica.

Nesse sentido, Michel Agier (2011) retrata em sua obra *Managing the Undesirable* uma crítica aprofundada às políticas e práticas contemporâneas de gestão de populações deslocadas, e constitui uma referência teórica fundamental para compreender as tensões entre acolhimento e exclusão que marcam a reintegração de refugiados afegãos no Brasil. A partir de extensa etnografia em campos de refugiados na África, Agier escreve uma abordagem antropológica daquilo que ele denomina “governo humanitário”, que seria um dispositivo que combina cuidado e controle, solidariedade e segregação. Nesse sentido, o antropólogo francês parte do conceito de “indesejáveis” para se referir às populações de migrantes forçados, no qual são sujeitas a um estatuto liminar: estão vivas e assistidas, mas não plenamente reconhecidas como sujeitos de direitos políticos. Assim, Agier argumenta que os campos de refugiados e os espaços urbanos de esperar funcionam como “zonas de exceção”, na qual os refugiados vivem uma forma suspensa da existência, nem plenamente incluídos nem completamente excluídos.

No contexto brasileiro, embora o país adote políticas legalmente progressistas como a norma nº 24/2021, que viabilizou os vistos humanitários para afegãos, a análise do autor ajuda a revelar as ambivalências dessas medidas. A acolhida institucionalizada pode acabar replicando, mesmo que involuntariamente, as lógicas de confinamento simbólico e dependência, especialmente quando o Estado é incapaz de assegurar uma integração efetiva em termos de segurança, identidade social e pertencimento do local.

A partir da perspectiva de Agier, a reintegração social de refugiados afegãos no Brasil não pode ser compreendida apenas como um técnico de inclusão em serviços, mas sim como uma disputa por reconhecimento cidadania e pertencimento. Ao viverem em abrigos temporários, dependerem de auxílio de ONGs e enfrentarem barreiras linguísticas e culturais, os refugiados reproduzem no país a lógica dos “indesejáveis”, como acolhidos, mas não escutados, e reconhecidos, mas não incluídos. Essa dinâmica se manifesta de maneira clara em estruturas como o abrigo temporário do bairro Santa Cecília, em SP, que chegou a acolher centenas de afegãos em condições precárias por vários meses. O abrigo funcionou como um “governo humanitário”, fora da rua, mas ainda distante de uma real integração, com uma gestão que cuida, mas não necessariamente inclui.

Por fim, a crítica de Agier ao humanitarismo como tecnologia global de gestão de crises permite a reflexão sobre o papel do Brasil nesse sistema. O país aparece como espaço de trânsito e destino, mas também como parte de uma engrenagem que rotula, segmenta e gerencia essas vidas. Nesse sentido, sua análise reforça a importância de se pensar em alternativas ao modelo de acolhimento puramente emergencial, abrindo caminhos para uma reinvenção política do refugiado baseada na dignidade e na convivência.

De maneira complementar, Julie Baujard (2008) representa uma contribuição notável para a antropologia das migrações forçadas. Por meio do estudo etnográfico em Déli, ela explora as experiências dos refugiados e oferece uma literatura diferenciada sob a identidade construída no exílio. Esta pesquisa contribui uma ferramenta valiosa para pensar a experiência dos refugiados afegãos no Brasil. Uma das principais contribuições da autora está na sua conceituação da identidade de refugiado como uma identidade transversal, ou seja, como uma construção identitária que atravessa e desafia as categorias legais, religiosas e culturais tradicionalmente usadas para designar os refugiados. Com base na interação entre refugiados, instituições de tutela, populações locais e organizações humanitárias, Barjard aponta que a identidade do refugiado não se limita a um status administrativo, mas é criada na tensão entre atribuição externa e reinvenção subjetiva. Essa estrutura é particularmente esclarecedora no contexto do Brasil pós-2021. Embora os refugiados recebam os vistos humanitários por meio da Portaria Interministerial, sua trajetória de reintegração social depende de dinâmicas sociais informais. Assim, como os refugiados afegãos em Déli descritos pela autora, aquelas que chegam ao Brasil negociam sua identidade em um espaço onde coexiste pluralidade cultural, barreira linguística e políticas públicas as vezes desconectadas de suas necessidades.

A noção de extraterritorialidade desenvolvida na tese de Barjard também é útil para designar o fato de que os refugiados vivem em uma relação plural com o território, na qual estão ao mesmo tempo em ruptura com seu país de origem em uma relação ambivalente com o país de acolhimento. Os refugiados afegãos no Brasil vivenciam essa pluralidade em seu cotidiano, com sua memória ligada em Cabul, seus pés pisando em solo Brasileiro e suas aspirações às vezes são projetadas em direção à expectativa do Norte Global

Por fim, a autora enfatiza o papel das instituições e suas categorizações na construção da identidade dos refugiados. Assim, mostra como a lógica administrativa pode reforçar atribuições na identidade. Está análise crítica do “sistema de refugiados”, inspirada por Michael Agier, promove questionamento às políticas de reassentamento brasileiro, em que medida essas políticas realmente promovem a reconstrução de uma vida digna. Em suma, o trabalho de Julie

Baujard proporciona o pensamento na identidade dos refugiados afegãos no Brasil como um processo relacional, situado e dinâmico, como uma identidade em trânsito, transformação e reinvenção.

Portanto, ao integrar essas três abordagens, é possível compreender que a reintegração social de refugiados afegãos no Brasil não é apenas um processo de inserção técnica em políticas públicas, mas uma reconstrução subjetiva, política e comunitária de pertencimento. Assim, a intersecção entre as teorias de Durkheim, Agier e Baujard permite uma leitura profunda e complementar para se compreender a reintegração social dos refugiados afegãos no Brasil como um fenômeno multidimensional que envolve estrutura, exclusão e subjetividade. A partir de Durkheim, reconhece-se que a chegada ao Brasil implica a transição de uma solidariedade mecânica para uma solidariedade orgânica, onde o pertencimento se constrói pela interdependência em uma sociedade plural. Em seguida, Agier ressalta como essa integração desejada é frequentemente atravessada por lógicas de contenção humanitárias que mantêm os refugiados em um limbo entre acolhimento e exclusão, visibilidade e invisibilidade. Dessa forma, Baujard complementa a análise ao mostrar que a identidade do refugiado não é um dado fixo, mas uma construção dinâmica que emerge da tensão entre o olhar institucional e experiência vivida. Para os afegãos no Brasil, essa construção ocorre entre memórias de seu país, rotinas brasileiras e aspirações globais, revelando que a reintegração social não é apenas um processo institucional, mas um movimento profundo de reinvenção identitária e busca por pertencimento e identidade. Assim, os três autores se entrelaçam ao demonstrar que reintegrar-se é, ao mesmo tempo, adaptar-se à nova ordem social, resistir às margens do sistema e reconstruir a si mesmo em um ambiente completamente novo em forma cultural, linguística e social.

3. RELATOS E DEPOIMENTOS

Os capítulos anteriores, possibilitaram compreender como os fluxos migratórios afegãos são marcados por um profundo enraizamento histórico. Ao longo das décadas, crises políticas, ocupações militares e regimes autoritários forçaram milhões a abandonarem suas terras, famílias e vida no Afeganistão, na finalidade de encontrar segurança no exterior. No contexto brasileiro, a resposta governamental, marcada pelo avanço normativo da Portaria Interministerial nº 24/2021, revela esforços importantes para se posicionar como país de acolhida. Ainda assim, como demonstrado, tais políticas enfrentam limites práticos diante das

complexidades e vulnerabilidade em se reintegrar socialmente os refugiados. Nesse sentido, torna-se essencial deslocar a ótica da macroestrutura para a experiência vivida. Ouvir as vozes dos indivíduos que atravessaram fronteiras geográficas, culturais e emocionais, não apenas humaniza os dados, mas também amplia a compreensão teórica sobre pertencimento, identidade e reconstrução. Com o intuito de resgatar as vozes daqueles que vivenciam, em sua concretude cotidiana, os desafios de ser refugiado no Brasil, esta análise propõe-se a examinar uma série de relatos e depoimentos que evidenciam as complexas trajetórias de migração forçada, a busca por segurança e os processos de reintegração social no contexto brasileiro. Dessa forma, propondo que os relatos presentes não sejam considerados meros testemunhos, mas sim elementos centrais para aprofundar a reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades da acolhida brasileira aos refugiados afegãos

3.1. Shabir Ahmad Niazi, 23, Presidente da ARRO

Durante esta pesquisa, foi realizada uma entrevista com Shabir Ahmad Niazi, refugiado afegão de 23 anos e atual presidente da Organização de Resgate de Refugiados Afegãos (ARRO) no Brasil. Seu relato oferece uma perspectiva rica e sensível sobre as complexidades enfrentadas por refugiados em sua jornada de reconstrução de vida em novos territórios.

Shabir iniciou sua trajetória migratória após a retomada do poder pelo Talibã em 2021, quando sua organização, associada a estrangeiros, foi atacada sob acusações de atividades missionárias. Deixou Cabul com apenas a roupa do corpo, sem poder se despedir da família, e seguiu para Mazar-i-Sharif, onde, devido ao fechamento dos aeroportos, permaneceu por três meses. Posteriormente, conseguiu entrar no Irã, país onde viveu por um ano em condições extremamente restritivas para refugiados, sem acesso à educação formal, emprego ou serviços bancários. Em 2022, com apoio de uma amiga brasileira que conheceu em Cabul, obteve o visto humanitário e seguiu para o Brasil.

A escolha pelo Brasil ocorreu por ser a única oportunidade viável para escapar das condições hostis no Irã, onde o risco de deportação ao Afeganistão era iminente. Sua jornada passou por Teerã e Doha até finalmente desembarcar em São Paulo. Ao chegar ao Aeroporto de Guarulhos, Shabir encontrou cerca de 300 afegãos aguardando, por meses, a disponibilização de abrigos por parte do governo. Ele mesmo permaneceu aproximadamente um mês no aeroporto antes de ser encaminhado a um abrigo no município de Rio Grande da Serra.

Apesar das dificuldades iniciais, Shabir encontrou no Brasil acolhimento e novas possibilidades. Com o apoio de outros refugiados e brasileiros, fundou a ARRO, organização que em apenas dois anos auxiliou mais de mil pessoas em processos de aprendizado linguístico, capacitação profissional e integração cultural. Paralelamente, Shabir também atua no setor de comércio de joias e consultoria, buscando atualmente fundar uma empresa de importação e exportação.

O choque cultural, como ele relata, foi significativo. A língua portuguesa, com suas diferenças de gênero e conjugação verbal, representou inicialmente um grande obstáculo. Bem como a forte cultura de sociabilidade brasileira, especialmente manifestada em festividades e no gênero musical funk. Ainda assim, Shabir superou essas barreiras, tornando-se fluente em português e absorvendo traços culturais locais. Hoje, além de português, fala fluentemente persa (dari), pashto, curdo e inglês, e demonstra interesse em aprender francês no futuro, revelando sua paixão por idiomas e poesia. Sob a perspectiva de Durkheim, a experiência de Shabir pode ser compreendida como a travessia entre dois modos de solidariedade, originário de uma sociedade coesa e de caráter mecânico, ele precisou se adaptar a um ambiente social marcado pela interdependência funcional. O aprendizado da língua portuguesa, enfrentamento das barreiras culturais e envolvimento em novas relações sociais exemplificam esse processo de ressignificação identitária em uma sociedade plural e complexa.

Entretanto, sua trajetória também expôs vulnerabilidades que imigrantes frequentemente enfrentam, como episódios de discriminação em abrigos, onde questões religiosas eram utilizadas para segmentar refugiados, e até um golpe sofrido por uma advogada brasileira, que desapareceu após receber pagamento para intermediar o processo de reunião familiar — um processo que, na prática, tem se mostrado extremamente moroso e desafiador. Apesar de já ter toda a documentação pronta para trazer sua família, o processo ainda depende da autorização do Itamaraty, e já se passaram quatro anos desde que viu seus familiares pela última vez. Nesse sentido, a chegada de Shabir ao Brasil e as dificuldades sofridas na trajetória remetem diretamente às reflexões de Agier, na qual descreve os refugiados situados em espaços liminares de acolhimento sem inclusão plena, visíveis enquanto vulneráveis, mas invisíveis como sujeitos políticos. Assim, mesmo sob políticas legalmente progressistas como a da Portaria Interministerial, a reintegração pode se dar em condições de espera, segmentação e silenciamento. Como afirma Martuscelli, o Brasil é um país de acolhimento marcado também por faces de hostilidade institucional e social, o que agrava as dificuldades vividas por refugiados em situação de prolongada vulnerabilidade.

Mesmo diante dessas adversidades, Shabir expressa profunda gratidão e carinho pelo Brasil e seu povo, reconhecendo a hospitalidade, amizade e receptividade que encontrou. Sente que gradualmente construiu um sentimento de pertencimento ao país, sentimento este que, segundo ele, reforça seu compromisso em transferir a bondade e a esperança para outras pessoas. Uma de suas reflexões mais marcantes afirma: “Nós não escolhemos nossa religião, não escolhemos onde vamos nascer e não escolhemos nossos pais e mães. Porém, quando crescemos, escolhemos quem podemos ser e criamos nossa sociedade com nossos valores.” De maneira complementar, a análise de Baujard sobre a identidade do refugiado como “transversal” é essencial para compreender o que emerge da trajetória de Shabir. Sua construção subjetiva não se limita ao rótulo jurídico de “refugiado”, mas é moldada pela memória de Cabul, pelo cotidiano em São Paulo e pelas aspirações futuras. Shabir protagoniza um processo de reinvenção identitária ativa e engajada, como propõem Baujard, ele não apenas se adapta ao país de acolhida, mas reconstrói a si mesmo como sujeito coletivo, engajado em transformar a realidade de outros refugiados por meio da solidariedade vivida.

Além de sua atuação na ARRO, Shabir busca retomar sua formação acadêmica — iniciada em Psicologia no Afeganistão — agora desejando ingressar no curso de Relações Internacionais. Embora a barreira linguística represente um desafio na escrita acadêmica, ele segue determinado. Nas suas palavras, o Brasil lhe proporcionou a liberdade e a segurança que tanto buscava, e ele continua a sonhar, inclusive, em explorar mais o país e a América Latina. Já visitou estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e o Distrito Federal, e planeja conhecer Salvador no futuro.

Por fim, Shabir reflete que a guerra no Afeganistão hoje é predominantemente mental, afetando o cotidiano e as perspectivas de seu povo. Ao concluir a entrevista, Shabir envia sua mensagem ao Brasil, deixa um pedido de esperança: “Não deixe as coisas ruins entrarem em seu coração, que amanhã essa realidade que temos vai mudar para o melhor.”

3.2. Mohammed Yahya, 20, Estudante

A jornalista Heloísa Barrense (2024) proporciona no noticiário UOL uma entrevista com Mohammed Yahya, jovem refugiado de 20 anos, idade que realizou a entrevista. A experiência de Mohammed destaca as complexidades enfrentadas por refugiados afegãos na busca de segurança e estabilidade em um novo país. Sua história exemplifica como a resiliência e esperança serviram de combustível para enfrentamento de adversidades em prol de um futuro promissor e seguro.

Mohammed Yahya, decidiu deixar o Afeganistão após a retomada do poder pelo Talibã em 2021. Sendo o único membro de sua família com passaporte, ele embarcou sozinho em uma jornada em busca de segurança e melhores oportunidades para si e para os familiares que permaneceram no país. Entre os motivos, estão as perseguições, dificuldades econômicas e as imposições duras do Talibã contra o acesso à educação para mulheres. A jornada se iniciou com um trajeto de aproximadamente 24 horas de ônibus até o Irã, destino qual Mohammed teve oportunidade de se refugiar e tinha planos de estudar engenharia mecânica em uma universidade do país.

Mohammed ficou por um ano estudando no país, porém ainda sim vivenciava algumas dificuldades no Irã, principalmente ao tentar se conectar com sua família que ainda estava no Afeganistão. Logo em seguida, descobriu sobre os vistos humanitários que o Brasil fornecia para cidadãos afegãos, nessa perspectiva viu uma oportunidade de ter uma vida melhor em um país a oceanos de distância. Com sua chegada ao Brasil, Mohammed enfrentou desafios significativos, incluindo a permanência por 20 dias no Aeroporto Internacional de Guarulhos, enquanto aguardava a abertura de uma vaga em abrigos para refugiados. Durante esse período, o jovem refletia constantemente sobre sua família e sua difícil decisão de partir sozinho, motivado pelo desejo de proporcionar um futuro melhor para seus entes.

Após os dias no aeroporto, Mohammed foi encaminhado a um centro de acolhimento na cidade, onde permaneceu por três meses e tinha o sentimento de estagnação, sem atividades significativas que ajudassem a avançar seus objetivos profissionais e acadêmicos. Essa inatividade contribuiu para o desenvolvimento de um quadro de depressão, o jovem sentia que estava perdendo tempo valioso em busca por uma vida melhor. A ausência de atividades estruturadas no centro de acolhimento e a falta de oportunidades de interação social podem ter contribuído para o sentimento de isolamento de Mohammed. Dessa forma, o estudo de Schiess-Jokanovic repercute diretamente nas análises de sofrimento psicológico em populações deslocadas e pode-se identificar no relato de Mohammed a relação entre dificuldades pós-migratórias e quadros de depressão. A falta de vínculo social, distanciamento familiar e ausência de estrutura construíam um ambiente de vulnerabilidade emocional, onde a juventude de Mohammed é caracterizada por tempo suspenso lotado de dificuldades em um país completamente distinto à sua nação originária.

A vivência inicial de Mohammed no Irã já apontava para uma condição de refúgio precário, mas foi no Brasil que ele passou a experimentar, com mais intensidade os paradoxos do acolhimento. A permanência no aeroporto e posteriormente ao abrigo, ilustram de forma clara

o que Agier conceitua como “zonas de espera”, espaços onde o refugiado é mantido em sobrevivência, e excluído de uma cidadania plena.

A integração social é um componente crucial para o bem-estar dos refugiados, e a falta de redes de apoio dificultaram o jovem em seu processo de adaptação funcional à solidariedade orgânica do país, como expresso na tese de Durkeim. Como argumenta Martuscelli, o Brasil embora seja um país signatário de normas internacionais de proteção, frequentemente transforma o acolhimento em um processo marcado pela estagnação e pelo abandono simbólico

Dessa forma, Mohammed deixa Guarulhos e decide morar em São Paulo para aprender português. Em seu relato, conta como a dificuldade em se comunicar tornava-se uma frustração em atividades básicas diárias. Foi então que ele conheceu o projeto Planeta de TODOS, neste projeto, Mohammed teve oportunidade de aprender português, inglês e até mesmo sobre a cultura e história do Brasil. É nesse sentido que o envolvimento de Mohammed com o projeto torna-se ponto de virada, a inatividade e isolamento anteriormente experienciados transformam-se na participação ativa e no início de uma reintegração real. Assim, permitindo o jovem a uma identidade reconstituída em novos moldes e caracterizada pela transversalidade proposta por Baujard. Neste contexto, Mohammed atravessa categorias normativas e constantemente reinventa sua identidade a partir da interação com instituições, comunidades e trajetórias pessoais de superação.

No fim da entrevista, Mohammed diz como aspira em retomar os estudos e se tornar um engenheiro mecânico, enquanto sonha em ver a família reunida outra vez. Dessa forma, Mohammed reconstrói a si mesmo não apenas como beneficiário de proteção, mas como sujeito de futuro, com sonhos, projetos e pertencimento.

3.3. Sahar, não mencionado , Juíza*

A jornalista Julia Braun (2022) apresenta no noticiário BBC Brasil o relato de Sahar (nome fictício), uma juíza afegã refugiada no Brasil que representa uma entre tantas mulheres que tiveram suas vidas e trajetórias interrompidas após a retomada de poder pelo Talibã. Seu testemunho reflete o colapso das estruturas jurídicas afegãs e a perseguição sistemática às mulheres que ocuparam espaços de autonomia na sociedade. Em 2021, diante de ameaças do regime e após o fechamento dos tribunais onde atuava, Sahar se viu forçada a fugir de seu país. Em seu relato, Sahar detalha os momentos desesperadores que antecederam sua fuga, a juíza e sua família tiveram que deixar sua casa para se esconder do Talibã que passou a vasculhar a casa de todos os juizes. A fuga diante da perseguição política e de gênero vividas por Sahar

remetem às análises de Barlas e Azimi, que identificam o padrão crescente de migração forçada de afegãos, especialmente mulheres profissionais após o retorno do regime Talibã

Inicialmente refugiada 2 meses na casa de seus parentes, comunicou sua situação à Associação Internacional de Juízas Mulheres (IAWJ - *International Association of Women Judges*) que entrou em contato com diversos países em busca de ajuda e visto humanitário para Sahar e outras juízas. Eventualmente encontrou no Brasil uma das poucas portas abertas, e por meio do visto humanitário, começou o processo de reconstrução de sua vida, identidade profissional e pessoal, mas a transição não é isenta de desafios.

Sua chegada no Brasil garantiu a segurança física que Sahar precisava naquele momento, porém ainda contia consigo as feridas emocionais da sua jornada. Mesmo assim, Sahar segue firme no desejo de reconstruir a própria trajetória em solo brasileiro. Como ex-magistrada e defensora da justiça, ela se mantém viva na esperança de voltar a atuar em defesa dos direitos, em especial das mulheres afegãs que seguem silenciadas e apagadas sob o regime do Talibã. Do ponto de vista da sociológica de Durkheim, pode-se entender a reintegração social de Sahar pela lente interpretativa do sociólogo como uma travessia entre solidariedades. A transformação do contexto institucional anteriormente marcado pela solidariedade mecânica, a juíza depara-se no Brasil com um novo tecido social onde a solidariedade orgânica exige reconstrução funcional, adaptação linguística e reinvenção de papéis. Assim, sua trajetória revela que a reintegração de refugiados não se limita a acesso físico à segurança, mas envolve a reconstrução simbólica da identidade profissional e subjetiva.

Apesar disso, seu relato expressa a conexão entre refúgio e resistência, demonstrando que apesar do contexto geográfico, a luta por dignidade, memória e justiça são contínuas. Dessa forma, o aporte teórico de Baujard torna-se essencial para compreender a trajetória de identidade, construída na interseção entre experiências diversas no Afeganistão, em sua dinâmica migratória e refúgio no Brasil. Assim, torna-se nítido no caso de Sahar que sua identidade como juíza, mulher e afegã não é apagada pela fuga, mas se reinscreve em novas formas de militância simbólica, mantendo o desejo de defender os direitos das mulheres afegãs mesmo longe do país. Nesse contexto, a história de Sahar permite a compreensão e reintegração social de refugiados afegãos não apenas como adaptação ao novo, mas como preservação do que foi violentamente interrompido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender, de forma crítica e sensível, os múltiplos aspectos que envolvem a dinâmica migratória de refugiados afegãos em direção ao Brasil em busca de segurança, especialmente após a retomada do poder pelo regime Talibã em 2021. Desde a contextualização histórica da diáspora afegã, atravessada por décadas de instabilidade política, guerra e repressão, até a chegada concreta desses indivíduos ao território brasileiro, a pesquisa procurou destacar sobre os desafios, contradições e possibilidades que permeiam o processo de reintegração social e construção de pertencimento no Brasil.

Inicialmente, foi importante compreender que o movimento migratório dos afegãos não se trata de uma escolha voluntária, mas de um ato forçado em resposta à perda de garantias fundamentais, dignidade e insegurança no Afeganistão. Como demonstrado pela literatura e os dados analisados, as migrações não convêm de um único fator, porém o retorno do Talibã ao poder reacendeu dinâmicas de repressão e perseguição que potencializaram a diáspora afegã. A crise humanitária que se consolidou no país, provocou um êxodo em massa, principalmente aos países vizinhos como Irã e Paquistão. Na medida em que o Afeganistão se torna cada vez mais instável e inseguro devido o governo talibã, o país configura-se como uma das maiores origens de deslocamento forçado no mundo.

Contudo, foi possível perceber que o Brasil, apesar de não figurar entre os principais destinos de asilo para refugiados afegãos, assume um importante papel em viabilizar uma oportunidade de recomeço a essa população, mesmo que foram inicialmente acolhidas por outras nações. A escolha do Brasil como destino, embora lotada por dificuldades de acesso (geográficas e diplomáticas), se consolidou pela criação do visto humanitário estabelecido pela Portaria Interministerial nº 24/2021. Este marco, apesar de limitado em implementações práticas, expressou a abertura jurídica e simbólica para a acolhida de cidadãos afegãos em busca de refúgio. Contudo, a pesquisa evidencia que as boas intenções do marco legal nem sempre traduzem em políticas públicas efetivas e estruturadas de acolhimento e integração. A realidade enfrentada por muitos afegãos, especialmente em sua chegada ao Brasil, em aeroportos superlotados, abrigos precários e falta de informação institucional, revela a existência de uma lacuna entre o discurso humanitário e a prática cotidiana.

Nessa perspectiva, a atuação de instituições como o Instituto ADUS, Missão Paz e, de forma ainda mais notável, da ARRO, mostra como o terceiro setor tem ocupado um espaço crucial na ausência ou ineficiência de ações estatais. Essas organizações não apenas fornecem abrigo e cursos de idioma, mas também contribuem para a reconstrução simbólica da identidade e do

pertencimento, promovendo vínculos comunitários e autonomia. A análise das políticas públicas, associada aos depoimentos de refugiados e à literatura especializada, demonstra que a reintegração social dessa população depende, sobretudo de ações conjuntas entre Estado e organizações da sociedade civil.

A perspectiva teórica adotada neste trabalho, fundamentada nas contribuições de Émile Durkheim, Michel Agier e Julie Baujard, permitiu interpretar a reintegração social não como uma adaptação linear e burocrática, mas como uma experiência profundamente relacional, afetiva e política. Com Durkheim, entende-se que os refugiados partem de um contexto de solidariedade mecânica em seu país de origem, para a lógica brasileira, onde solidariedade orgânica prevalece. Por sua vez, Michel Agier, alerta para as zonas de exceção e para incerteza do acolhimento humanitário, que muitas vezes opera mais na contenção do que a integração plena. Já Baujard, contribui com a noção de identidade transmigrante, possibilitando perceber que os refugiados afegãos então continuamente equilibrando sua memória de origem, a realidade brasileira e expectativas globais.

Os relatos apresentados, como os de Shabir, Mohammed e Sahar, humanizam essas análises e acabam apresentando, detalhadamente, os impactos reais da migração forçada. Essas trajetórias não revelam apenas o sofrimento e a superação, mas também apresentam resistência e desejo de transformação. Os sonhos de retomar a educação, a criação de organizações próprias e o enfrentamento das barreiras linguísticas e culturais demonstram que a reintegração social não se resume a estar fisicamente presente no território, mas sim a um movimento profundo de reconstrução identitária e cidadania.

O estudo também enfatiza sobre a escassez de literatura específica sobre refugiados afegãos no Brasil, reforçando a urgência de dar maior visibilidade a essa comunidade, reconhecendo sua presença, vulnerabilidade, história e contribuições para sociedade brasileira. A invisibilidade social, cultural e acadêmica dos afegãos presentes no Brasil é uma forma de exclusão que precisa ser revertida por meio de políticas afirmativas, produção de conhecimento engajado e práticas institucionais inclusivas.

Dessa, é possível afirmar que a reintegração dos refugiados afegãos no Brasil, embora repleta de obstáculos, também abre espaço para práticas de solidariedade, interculturalidade e reconfiguração social. Ainda que o Brasil enfrente desafios estruturais em sua política migratória, a presença afegã no país impõe a necessidade de pensar modelos de acolhimento mais sustentáveis às especificidades dessa população.

Em suma, esta tese não se pretendeu oferecer uma resposta definitiva, mas sim abrir caminhos para uma escuta mais atenta e comprometida com as trajetórias de quem busca, em terras estrangeiras, um lugar onde possa viver com segurança. Assim, a dinâmica migratória afegã, como discutida no trabalho, nos convida a ir além do acolhimento e começar a repensar a própria sociedade brasileira em sua capacidade de se compreender vulnerabilidades, garantir dignidade e reinventar, coletivamente os sentidos de pertencimento e segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC – Australian Broadcasting Corporation. O presidente do Afeganistão, Ashraf Ghani, oferece passaportes ao Talibã em uma tentativa de fechar um acordo de paz. 1 mar. 2018. Arquivado em: 2 mar. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Em pleno Ramadã, afegãos continuam acampados no aeroporto de Guarulhos. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/em-pleno-ramada-afegaos-continuam-acampados-no-aeroporto-de-guarulhos>. Acesso em: 25 nov. 2024.

AGIER, Michel. *Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government.* Cambridge: Polity Press, 2011.

AL JAZEERA. Luto e raiva após explosões mortais têm como alvo a escola afegã. 9 maio 2021. Arquivado em: 9 maio 2021. Acesso em: 5 ago. 2021.

BARLAS, Ahmad Walid. *Population Movements in Afghanistan: A Historical Overview, Migration Trends under the Taliban Regime, and Future Outlooks.* MPRA Paper No. 114179, 2022. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/114179/1/MPRA_paper_114179.pdf.

BAUJARD, Julie. *Identidade “refugiada”, identidade transversal: Refugiados em Deli nas dinâmicas institucionais, comunitárias e associativas.* 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Aix-Marseille I.

BBC NEWS BRASIL. Afeganistão: Talibã toma Cabul e presidente Ashraf Ghani foge do país. *BBC News Brasil*, 15 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58206535>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BBC NEWS. *How the Taliban stormed across Afghanistan in 10 days.* 16 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-58232525>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRAUN, Julia. 'Tinha uma vida completa e perdi tudo': o relato da juíza afegã que se refugiou do Talebã no Brasil. *BBC News Brasil*, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62314089>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CARDOSO, William. Refugiados afegãos relatam a agonia de morar no Aeroporto de Guarulhos. *Metrópoles*, São Paulo, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/refugiados-afegaos-aeroporto-de-guarulhos>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CNN BRASIL. Intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão foi um fracasso, diz professor. São Paulo, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/intervencao-dos-estados-unidos-no-afeganistao-foi-um-fracasso-diz-professor/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CONFLICT IN AFGHANISTAN: An Encyclopedia. CLEMENTS, Frank A.; ADAMEC, Ludwig W. New York: Bloomsbury Publishing, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=o6fOEAAAQBAJ>.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Timeline: U.S. War in Afghanistan. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-war-afghanistan>.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Taliban in Afghanistan. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/taliban-afghanistan#chapter-title-0-5>.

DEFENSE.GOV. Biden Announces Full U.S. Troop Withdrawal from Afghanistan by Sept. 11. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/article/2573268/biden-announces-full-us-troop-withdrawal-from-afghanistan-by-sept-11/>.

FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE. *Willful Blindness: An Assessment of the Biden-Harris Administrations' Withdrawal from Afghanistan and the Chaos That Followed.* 2024. Disponível em: <https://foreignaffairs.house.gov/wp-content/uploads/2024/09/WILLFULL-BLINDNESS-An-Assessment-of-the-Biden-Harris%20Administrations-Withdrawal-from-Afghanistan-and-the-Chaos-that-Followed.pdf>.

FOREIGN POLICY. Afghanistan, Women's Rights, and U.S. Withdrawal. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/05/03/afghanistan-women-rights-taliban-biden-senate-human-rights-withdrawal/>.

GUARDIAN. Afghan ex-president steps in for talks with Taliban over peaceful transfer of power. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/aug/18/afghan-ex-president-steps-in-for-talks-with-taliban-over-peaceful-transfer-of-power>.

HINDUSTAN TIMES. Imran Khan diz que o Talibã não falará com o governo afegão até que Ashraf Ghani permaneça presidente. 12 ago. 2021. Arquivado em: 12 ago. 2021.

IOM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Glossário sobre migração. Genebra: OIM, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/im122.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LONG WAR JOURNAL. Taliban's government includes designated terrorists, ex-Guantanamo detainees. Disponível em: <https://www.longwarjournal.org/archives/2021/09/talibans-government-includes-designated-terrorists-ex-guantanamo-detainees.php>.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Conheça 7 organizações que atuam em defesa dos refugiados no Brasil. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/conheca-7-organizacoes-que-atuam-em-defesa-dos-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

REUTERS. Presidente afegão culpa o agravamento da situação de segurança na súbita saída dos EUA. 2 ago. 2021. Arquivado em: 2 ago. 2021.

REUTERS. O presidente afegão diz que está pronto para discutir eleições para avançar as negociações com o Talibã. Arquivado em: 12 ago. 2021. Acesso em: 6 mar. 2021.

SCHIESS-JOKANOVIC, J. et al. The boundaries between complex posttraumatic stress disorder symptom clusters and post-migration living difficulties in traumatised Afghan refugees: a network analysis. *Conflict and Health*, v. 16, p. 19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00455-z>.

SILVA, Carlos Eduardo de Oliveira; MONTEIRO, Daniel Joseph. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 39, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Xf7yQhXqhY3YyRp9fZZgzwm>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Francisco Carlos. Conceito de segurança humana como um indicador de planejamento das políticas de segurança pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37142/1/2009_tcc_facsilva.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Como posso solicitar o reconhecimento da condição de refugiado? 2024. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/refugio/como-posso-solicitar-refugio-passo-a-passo/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Refugee Status Determination Map - August 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-refugee-status-determination-map-august-2021>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Refugee Status Determination. Disponível em: <https://www.unhcr.org/what-we-do/protect-human-rights/protection/refugee-status-determination>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Relatório global: situação do Afeganistão, 2021. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/afghanistan-situation-global-report-2021>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Para onde vão os refugiados afegãos? 2024. Disponível em: <https://csvm.ufg.br/n/146023-para-onde-vao-os-refugiados-afegaos>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2022 Special Report on Human Security. New York: UNDP, 2022.

WORLD BANK. Afghanistan Country Profile. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/afghanistan>.

WORLD MIGRATION REPORT. Refugees and Asylum Seekers – Chapter 2. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-2/refugees-and-asylum-seekers>.